

Termo de Referência 6/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2023	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA	20/06/2023 15:57 (v 5.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda;		25389.000137/2023-82

1. DO OBJETO

1.1. Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de material de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

item	Código CATMAT	Descrição	Unidade de Medida	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total
01	435888	Conversor Displayport Macho para HDMI Fêmea	unidade	10	R\$ 36,14	R\$ 361,40
02	438638	Conversor Displayport Macho para VGA Fêmea	unidade	100	R\$ 46,43	R\$ 4.643,00
		Fone headset estéreo USB com microfone; Fone estéreo fechado com fio; Aplicação: Lives, webconferências, música, produção de áudio e vídeo; Som virtual 7.1 Surround; Conexão USB 2.0 plug and play; Conector USB banhado a ouro; Sem conexão com plug P2 ou P3 3.5 mm; Cabo único trançado em malha de nylon; Comprimento do cabo: Mínimo de 2m; Interface de áudio e controladora no cabo; Controle de volume, botão mudo /liga-desliga do microfone, botão liga /desliga da iluminação; Construção reforçada em plástico ABS e metal (alumínio ou aço); Arco principal metálico ou com reforços metálicos, flexível, com abertura ajustável; Hastes laterais metálicas ou com reforços metálicos; Headband (faixa de cabeça) macia com acabamento almofadado e revestimento em couro; Ajuste de altura pelas hastes laterais ou headband autoajustável; Conchas tipo over-ear (ao redor das				

03	275846	orelhas) com ajuste de angulação; Earpads (protetores auriculares) circulares ou elípticos, macios, almofadados em espuma de memória com revestimento em couro, respiráveis e substituíveis; Isolamento acústico passivo; Diâmetro dos drivers: Mínimo de 50mm; Faixa de Frequência: 20Hz-20KHz; Impedância:16-32 Ohms; Sensibilidade: Aprox. 93±3dB a 1KHz; Potência total: 20-30mW; Características do microfone: Destacável/removível; Omnidirecional; Haste flexível para ajuste de posição; Cancelamento de ruído; Sensibilidade: Aprox. -42dB±4dB (0dB = 1V/PA); Impedância: 2.2K. Cor: Predominante preto ou cinza, discreto; Peso: Aprox. 395g; Compatibilidade com sistemas Microsoft Windows 7 e superiores, Mac e Linux; Deve possuir driver e/ou software de controle e equalização disponível para download na página do fabricante; Não serão permitidas alterações, adaptações nem adesão de itens de terceiros para compor o produto; Acompanha manual do usuário e termo de garantia; Garantia: Mínima de 12 meses	unidade	200	R\$ 233,85	R\$ 46.770,00
04	433043	RIBBON IDP COLOR YMCKO COM 250 IMPRESSÕES, Código: 653393, Compatível com a Impressora CUBO 2	unidade	30	R\$ 323,25	R\$ 9.697,50
Valor Total:						R\$ 61.471,90

1.1.1. Estimativa de consumo individualizadas, do órgão gerenciador:

item	Código CATMAT	Descrição	Unidade de Medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
01	435888	Conversor Displayport Macho para HDMI Fêmea	unidade	7	10	10
02	438638	Conversor Displayport Macho para VGA Fêmea	unidade	50	100	100
		Fone headset estéreo USB com microfone; Fone estéreo fechado com fio; Aplicação: Lives, webconferências, música, produção de áudio e vídeo; Som virtual 7.1 Surround; Conexão USB 2.0 plug and play; Conector USB banhado a ouro; Sem conexão com plug P2 ou P3 3.5mm; Cabo único trançado em malha de nylon; Comprimento do cabo: Mínimo de 2m; Interface				

03	275846	de áudio e controladora no cabo; Controle de volume, botão mudo /liga-desliga do microfone, botão liga /desliga da iluminação; Construção reforçada em plástico ABS e metal (alumínio ou aço); Arco principal metálico ou com reforços metálicos, flexível, com abertura ajustável; Hastes laterais metálicas ou com reforços metálicos; Headband (faixa de cabeça) macia com acabamento almofadado e revestimento em couro; Ajuste de altura pelas hastes laterais ou headband autoajustável; Conchas tipo over-ear (ao redor das orelhas) com ajuste de angulação; Earpads (protetores auriculares) circulares ou elípticos, macios, almofadados em espuma de memória com revestimento em couro, respiráveis e substituíveis; Isolamento acústico passivo; Diâmetro dos drivers: Mínimo de 50mm; Faixa de Frequência: 20Hz- 20KHz; Impedância:16-32 Ohms; Sensibilidade: Aprox. 93±3dB a 1KHz; Potência total: 20-30mW; Características do microfone: Destacável /removível; Omnidirecional; Haste flexível para ajuste de posição; Cancelamento de ruído; Sensibilidade: Aprox. -42 dB±4dB (0dB = 1V/PA); Impedância: 2.2K. Cor: Predominante preto ou cinza, discreto; Peso: Aprox. 395g; Compatibilidade com sistemas Microsoft Windows 7 e superiores, Mac e Linux; Deve possuir driver e/ou software de controle e equalização disponível para download na página do fabricante; Não serão permitidas alterações, adaptações nem adesão de itens de terceiros para compor o produto; Acompanha manual do usuário e termo de garantia; Garantia: Mínima de 12 meses	unidade	150	200	200
04	433043	RIBBON IDP COLOR YMCKO COM 250 IMPRESSÕES, Código: 653393, compatível com a Impressora CUBO 2.	unidade	20	30	30

1.2. Qualquer divergência entre as especificações dos materiais no COMPRASNET/SIASG/CATMAT e o Termo de Referência, prevalecerá às especificações constantes do Termo de Referência.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do pedido da contratante.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Em razão da impossibilidade da realização através de lote da dispensa eletrônica nº 07/2023, o item Ribbon precisou ser suprimido neste trâmite de aquisição, por conta do risco de incompatibilidade entre a impressora a ser adquirida e o item em questão. Considerando a finalização do processo, através da publicação da homologação da contratação direta, obtemos a marca e modelo da impressão de crachá, nos possibilitando uma definição segura do item Ribbon a ser adquirido.

3.3. A escolha pela contratação através de registro de preços está fundamentada no inciso IV, do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024 de 2019.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Esta Administração declara seguir a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos – Lei Nº 14.479 de 21 de dezembro de 2022, o DECRETO Nº 9.373, de 11 de maio de 2018 que Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal, a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305 /10 e o DECRETO Nº 10.936, de 12 de que regulamenta a lei 12.305. Visando a contribuição para o descarte de janeiro de 2022 equipamentos e bens de informática da administração pública de maneira correta e sustentável, reconhecendo os seus rejeitos de resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis como um bem econômico e de valor social. Apoiando a redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada.

5.1.1. O Programa Computadores para Inclusão é uma ação do Governo Federal, executada pelo Ministério das Comunicações (MCom), para implementação de Políticas de Inclusão Digital. O Programa tem como objetivo apoiar e viabilizar iniciativas de promoção da inclusão digital por meio dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) — espaços físicos adaptados para o recondicionamento de equipamentos eletroeletrônicos, para a realização de cursos e oficinas e realiza o descarte correto de resíduos eletrônicos, regulamentado pela Lei 14.479/2022 que foi sancionada no dia 21 de dezembro de 2022 e normatizado pelo Decreto nº 10.340, de 06 de maio de 2020.

5.2. Os resíduos eletroeletrônicos/tecnológicos classificados como inservíveis pelo desfazimento fazem parte do Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviços de Saúde (PGRSS) Cogic e Plano de Logística Sustentável Fiocruz (PLS). Esses resíduos são encaminhados para uma Cooperativa, onde é feita a remanufatura através do seguinte fluxo de reciclagem: recebimento, triagem, segregação, desmontagem e encaminhamento dos materiais como matérias-primas para outras cadeias produtivas, ampliando, assim, o ciclo de vida útil daquele material. Esse processo colabora com a proteção ao meio ambiente.

5.3. A Administração possui um sistema de gestão ambiental onde identifica, classifica, monitora e define medidas de controle para seus aspectos ambientais significativos. Além do Programa de coleta seletiva implementado em todas as áreas administrativas.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1. O prazo de entrega dos materiais são de 15 (quinze dias) corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, no seguinte endereço: Almoxarifado da COGIC | Fundação Oswaldo Cruz, situado à Avenida Brasil nº 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21040-360, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h30min às 15h00min. E-mail: segem.cogic@fiocruz.br ou tel. 2209-2065.

6.1.1. Havendo necessidade de prorrogação do prazo acima, deverá ser encaminhado pelo fornecedor, além da justificativa, comprovantes, laudos, ou quaisquer documentos que ratifiquem o pleito.

6.1.2. Após análise da justificativa e dos documentos apresentados, fica a critério da Administração, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, a concessão de novo prazo, no limite daquele inicialmente estabelecido.

6.1.3. A concessão que trata o item acima não exclui a possibilidade de penalização por parte da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.2. Os itens devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e deverá estar sob garantia de, no mínimo, 03 (três) meses contados a partir da data de recebimento definitivo

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (dias) úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no item 1.1 deste termo, devendo ser substituídos no prazo de cinco (5) dias úteis a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de cinco (5) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7. Os itens deverão ser entregues em embalagens lacradas, originais do fabricante, não sendo aceitos em hipótese alguma embalagens violadas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.6. Reconhecer todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa do contrato, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.1.7. Responsabilizar-se pela correta entrega do material dentro prazo estabelecido no presente Termo de Referência;

8.1.8. Responsabilizar-se pelas providências administrativas e pelos pagamentos de frete, seguro, eventuais autorizações para trânsito do material, bem como, pelo cumprimento de toda legislação geral e específica de transporte para o item transportado.

8.2. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos verificados no material ou provocados contra terceiros, até o momento em que o material esteja totalmente descarregado no local indicado pela COGIC, recebido nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.0.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.12.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX) \cdot \left(\frac{6}{100} \right)^{\frac{EM}{365}} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1 Por se tratar de Registro de Preço e devido ao valor unitário contratado e o tipo de objeto não ser de grande complexidade técnica, entendemos não haver necessidade de garantia a execução.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.6. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.7. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.8. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.14. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.15. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.16. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.18 Serão observados os termos a Portaria nº 150/2019-Cogead, sobre as condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no âmbito da Fiocruz.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Apresentação de documentação atualizada do produto (folder e/ou catálogo) com a marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia do fabricante e manuais de instruções para verificar se está acordo com esta especificação.

16. ESTIMATIVA DE PREÇO E PREÇO REFERENCIAL

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 61.471,90 (sessenta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa centavos).

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Subunidade: Coordenação de Administração - CAD

Projeto: 0032.2000.565 .35345 - Materiais de Estoque do Almoxarifado – Cogic

Iniciativa: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Ação Orçamentária: 2000 – Administração da Unidade – Custeio.

Finalidade: 565 - Gestão Administrativa.

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fontes de Recurso: 100100000

Elemento de Despesa Corrente: 339030 – Material de Consumo

Subelemento Corrente: 339030 -17 – MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/06/2023 às 15:57:59.